

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2008



INTRODUÇÃO

Para cumprimento do determinado pelo artigo nº 47 da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e no nº 2 do ponto 2 das considerações técnica, do Decreto-lei nº 54 – A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquia Locais), e ulteriores alterações elaborou-se o presente Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2008.

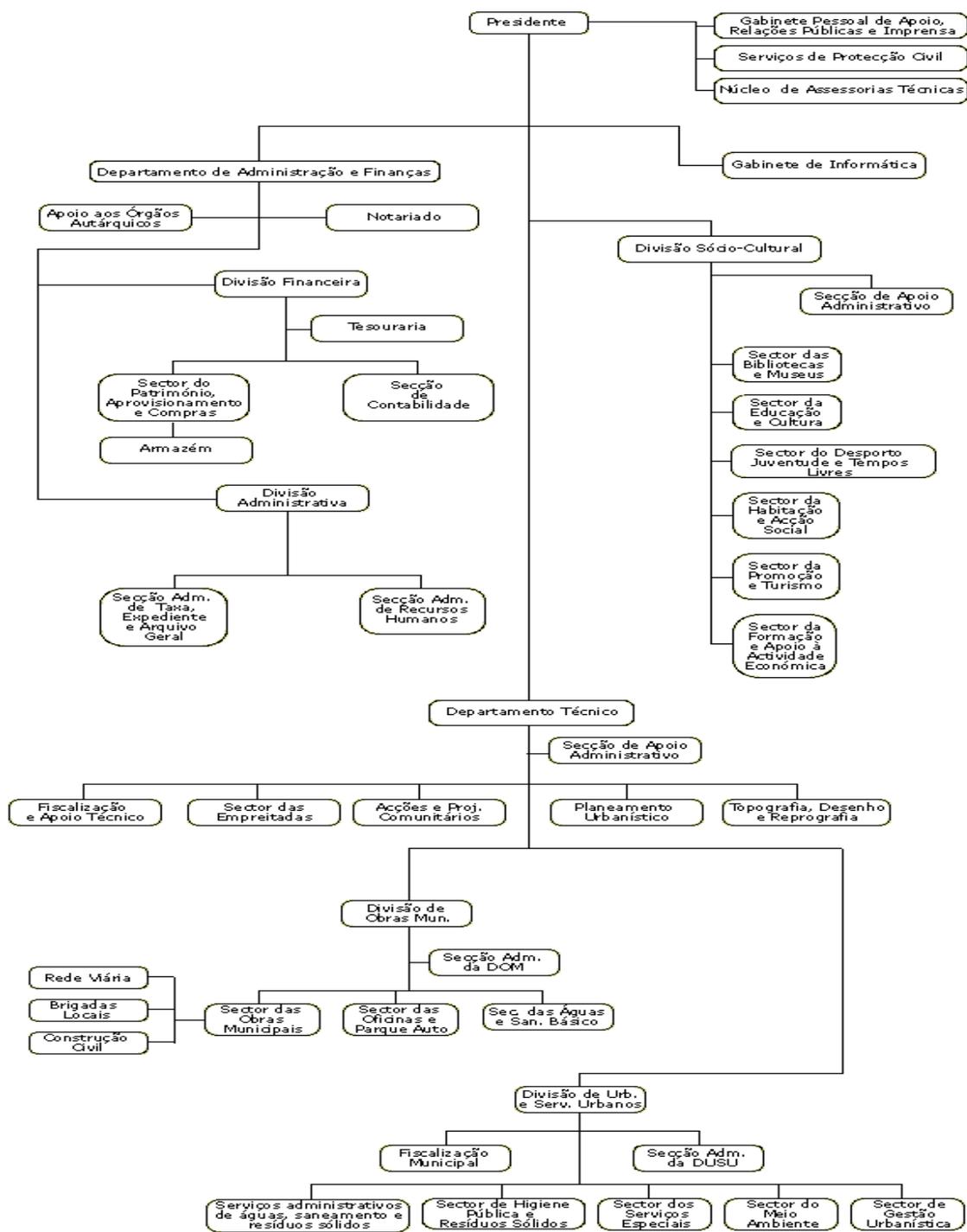
Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da actividade deste Executivo Camarário, descrevendo a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização das despesas e a arrecadação da receita, bem como o desenvolvimento do endividamento de curto, médio e longo prazo e uma análise dos custos e proveitos.

O Relatório de Gestão serve também de comparabilidade entre os objectivos traçados pela autarquia nos documentos previsionais e os métodos utilizados na execução das actividades e avaliação dos resultados, o que permite identificar o grau de eficácia e de eficiência atingidos pela actividade autárquica e identificar também os objectivos que não foram completamente atingidos.



1 - ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

Organograma



Presidente da Câmara

Fernando José Gomes Rodrigues

Áreas de Intervenção / Competências:

- Organização e Administração Geral
- Planificação e Projectos
- Gestão Financeira
- Obras Municipais e Equipamentos
- Parques e Outras Zonas Verdes
- Caça e Pesca
- Gestão e Direcção dos Recursos Humanos

Vice-Presidente da Câmara

Manuel Orlando Fernandes Alves

Áreas de intervenção / Competências:

- Planeamento e Ordenamento do Território Municipal
- Gestão Urbanística (Loteamentos, Obras de Urba. e Obras de Edificação Urbana)
- Fiscalização de Operações Urbanísticas
- Protecção Civil
- Cultura e Ciência
- Ecomuseu de Barroso
- Tempos Livres e Desporto
- Turismo
- Promoção, Divulgação e Feiras
- Apoio às Actividades Económicas
- Defesa do Consumidor
- Serviços desconcentrados de Salto
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal

Vereadora em regime de tempo inteiro

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Áreas de Intervenção / Competências:

- Recursos Humanos (Apoio)
- Educação
- Transportes Escolares
- Habitação e Acção social
- Património Municipal
- Contencioso e contra-ordenações
- Fiscalização na área da segurança, salubridade e saúde pública
- Direcção dos processos de água, saneamento e RSU
- Comunicações - Informática
- Trânsito
- Toponímia
- Iluminação Pública
- Mercados e Feiras
- Abastecimento Público e Resíduos Sólidos Urbanos
- Higiene e Limpeza Pública
- Cemitérios
- Apoio aos órgãos das freguesias do concelho (Assembleias e Juntas de Freguesia)
- Relacionamento Institucional com a Assembleia Municipal
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal

Vereador sem regime de permanência

António Gonçalves Araújo

Áreas de Intervenção / Competências:

- Brigada de Ferral
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal

Vereador sem regime de permanência

Adelino Augusto dos Santos Bernardo

Vereadora sem regime de permanência
Maria de Lurdes Martins Ramada

Vereador sem regime de permanência
Rui Mário Miranda Alves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal:
Joaquim Lopes Pires

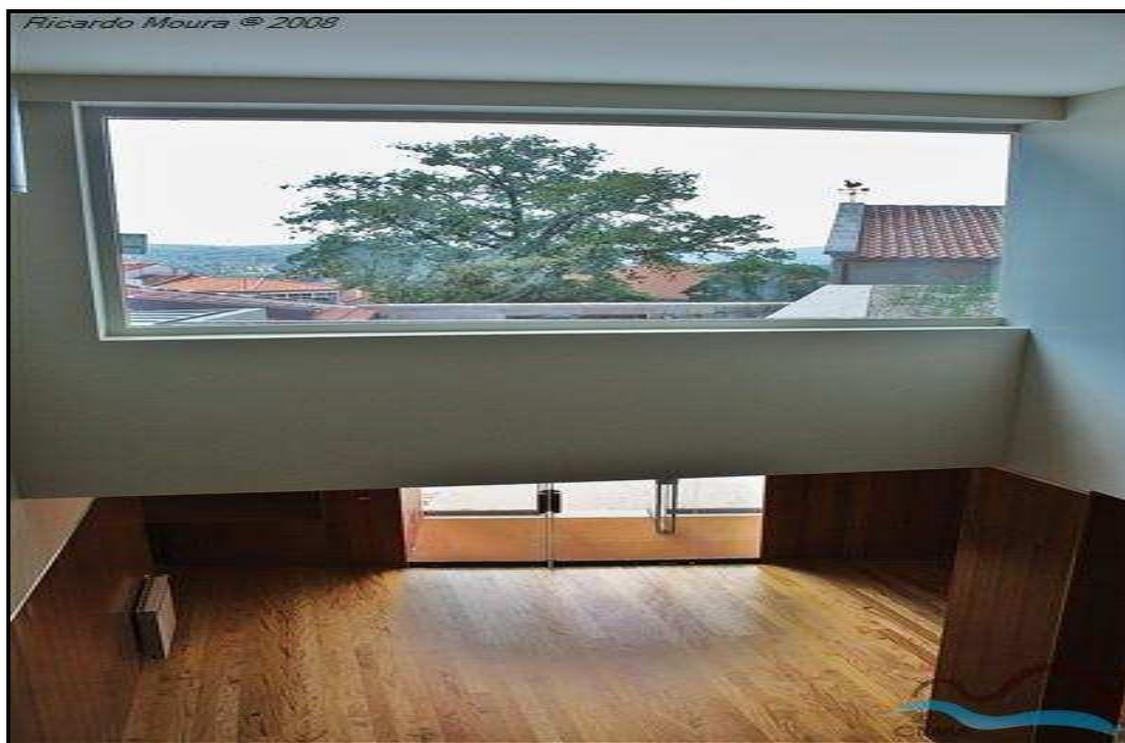
1º Secretário:
Manuel António Silva Carvalho

2ª Secretária:
Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

Joaquim Lopes Pires	José Manuel Pereira de Carvalho	António Eduardo Morais Batista dos Santos
Fernando Calado Calvão	Alberto Martins Fernandes	José Diogo Vieira Vaz Pereira
Manuel António Silva Carvalho	Francisco Afonso Surreira	Sandra Rua Gonçalves
Guilhermina Maria Rodrigues da Costa	Sandra Matilde Afonso de Carvalho	Hugo Miguel Fernandes Rodrigues Ramos
Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas	Maria Conceição Pires Fecha Sousa	Duarte João Liberal Calhelha
Domingos Aguiar Vasconcelos	Alexandra Ferraz Antunes	António Joaquim Leitão
Nuno Alves Pereira	João Alves Soares	João Gonçalves Surreira
Carla Maria Ferreira Rodrigues	Manuel Nuno Pereira de Sousa	José Fernando dos Santos Moura
José Manuel Lopes Teixeira Gomes	Maria de Fátima da Silva Crespo	Deolinda Morais da Silva
Ana Isabel Alves Dias	Acácio Silva Gonçalves	Luís Filipe Lopes Afonso Carril
Nuno Duarte Miranda Justo	Paulo Jorge Miranda da Cruz	João Moura Rodrigues
António Alves Ferreira	João Manuel Rodrigues Mendes Duarte	Judite Celeste Ventura de Freitas

Presidentes das Juntas de Freguesia:

Cabril	Pedro Nuno da Cruz Giesteira	Outeiro	Domingos Dias Afonso
Cambezes	Joaquim Pires Lourenço	Padornelos	Ricardo António Pires de Moura
Cervos	Jorge Araújo Fernandes	Padroso	Sebastião Pereira Martins
Chã	Manuel Pereira Duarte	Paradela	Amadeu Afonso Fortunas
Contim	Manuel Branco Francisco	Pitões	António Gregório Azevedo Dias
Covelães	José Acácio Álvares Rodrigues Moura	Pondras	Eugénio Gonçalves Xavier
Covelo	Manuel Azevedo Antunes	Reigoso	Manuel Lopes Alves
Donões	José Domingos Silva Ferrage	Salto	Luís Sanches Alvares Pereira
Ferral	José Miranda Alves	Santo André	António Manuel Seara Vaz
Fervidelas	Domingos Afonso Dias	Serraquinhos	Manuel Garcia Silveira
Fiães do Rio	Joaquim Azevedo Alves	Sezelhe	Manuel Lopes Júnior
Gralhas	José Fernandes Rodrigues	Solveira	Alberto Alves Ferreira
Meixedo	João Calado Rua	Tourém	Paulo Jorge Dias Barroso
Meixide	Joaquim Pedro Santos Alves	Venda Nova	João Jorge Lopes e Silva
Montalegre	Armando Rodrigues Mendes Duarte	Viade	Manuel João Alves
Morgade	António Fernando Barroso Miranda	Vila da Ponte	João Envagelista Pires Fecheira
Mourilhe	Alexandre Dionísio Silva Antunes	Vilar Perdizes	João Gonçalves dos Santos
Negrões	António Pires Pereira		



2 – PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

2.1 – Participações societárias

EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso

A empresa EHATB , EM, SA viu os seus estatutos publicados em DR no dia 13 de Setembro de 1989, tem um Capital Social de 900.000,00 €, subscrito em igual montante pelos seis Municípios que integram a região do Alto Tâmega, (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar).

RESAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A

A empresa RESAT foi criada pelo Decreto – Lei nº 226/2000 à qual foi atribuída a concessão da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal do Alto Tâmega de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

O capital da empresa foi subscrito pelos municípios do Alto Tâmega - Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar , conjuntamente com as sociedades EHATB, EM,SA e Empresa Geral de Fomento – Accionista maioritário.

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A empresa Águas de Trás-os-Montes, S.A. foi criada conjuntamente com o Sistema Multimunicipal de Águas e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Decreto Lei nº 270-A/200, de 6 de Outubro, para explorar em regime de concessão por um prazo de 30 anos a concepção e a construção das obras e equipamentos necessários para o abastecimento de água e o saneamento em alta tal como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O Capital da empresa foi subscrito por 30 Municípios, entre os quais o de Montalegre, conjuntamente com as sociedades Águas de Portugal, SGPS, S.A. (accionista maioritário) e a EHATB.

Matadouro Regional de Barroso e Alto Tâmega

Empresa constituída por escritura pública em 19 de Fevereiro de 1988 no Cartório Notarial de Montalegre, com aumento de capital para 125.000,00 euros em 1 de Junho de 2006, através de escritura pública.

O capital tem vários subscritores, entre os quais o Município de Montalegre, com a participação de 20%.

2.2 – Participações Não Societárias

AMAT – Associação Municípios do Alto Tâmega

A AMAT integra os 6 Municípios que constituem o Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, publicou os seus estatutos no dia 2 de Julho de 1992.

Tem um papel primordial na gestão e coordenação de iniciativas de âmbito intermunicipal.

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

A ANMP foi constituída a 22 de Fevereiro de 1985, representa os Municípios Portugueses perante os Órgãos de Soberania e perante as Organizações nacionais e internacionais.

Realiza estudos e projectos sobre assuntos relevantes para o poder local e promove a troca de experiências e informações técnico-administrativa entre os seus membros. Desenvolve ainda acções de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal de administração local, mantendo serviço de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

O Município de Montalegre é um dos associados.

A Associação Europeia dos Eleitos da Montanha foi constituída em 14 de Junho de 1991, o município de Montalegre aderiu e mantém-se como membro desta associação.

ADRAT - Associação Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega

A Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) é uma agência de desenvolvimento criada na década de 80 pela dinâmica e vontade das principais instituições do Alto Tâmega.

ADRAT agrega à sua volta as autarquias, associações empresariais, cooperativas agrícolas, associações de produtores e outros importantes actores do Alto Tâmega. Somos um parceiro imprescindível para a promoção de um processo definitivo de desenvolvimento social e económico da região.



3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 – COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

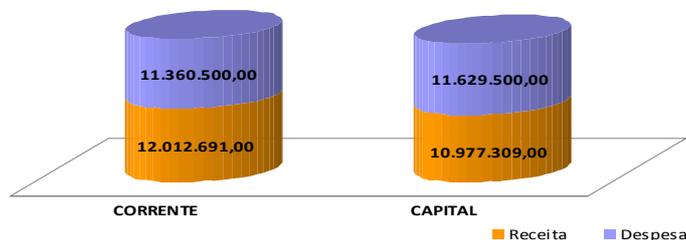
O Orçamento da Autarquia de Montalegre foi elaborado nos termos de Decreto-lei nº 54/99 de 22 de Fevereiro, e aprovado nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, em 23 de Novembro de 2007 pelo Órgão Executivo e em 14 de Dezembro de 2007 pelo Órgão Deliberativo.

O Orçamento deste Município apresenta a previsão das receitas bem como das despesas desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem um carácter anual.

Na execução do Orçamento de 2008 não só foram respeitados todos os princípios contabilísticos, como também se executaram todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Dotações Iniciais

RECEITA		DESPESA	
CORRENTE	12.012.691,00	CORRENTE	11.360.500,00
CAPITAL	10.977.309,00	CAPITAL	11.629.500,00
TOTAL	22.990.000,00	TOTAL	22.990.000,00



O gráfico mostra a estrutura da Receita e da Despesa segundo uma óptica corrente e de capital.

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente propostos com os valores efectivamente executados.

O Orçamento Municipal sendo um documento previsional, a sua concretização acarreta naturalmente desvios.

Esta comparação entre o Orçamento Final e o Orçamento Executado permite aferir os vários constrangimentos e a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas arrecadadas e despesa paga. Mas deverá ter-se em conta que o PPI tem um horizonte de quatro anos sendo normal incluir-se aqui iniciativas que por várias razões, nomeadamente de candidaturas a fundos comunitários, só mais tarde são executadas.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Final com os montantes executados da Receita e da Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da Receita e da Despesa de 70,3% e 67,9% respectivamente.

O Orçamento inicialmente previsto e aprovado para o ano 2008 foi no montante de 22.990.000,00 € (vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil euros), durante a sua execução anual este valor sofreu um aumento de 1.859.000,00€ (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil euros), passando a sua previsão a ser de 24.849.000,00€ (vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil euros).

As modificações orçamentais obedecem a um conjunto de princípios orçamentais e regras previsionais legalmente aprovadas no âmbito do POCAL.

	ORÇAMENTO		VALOR	DESVIO	EXECUÇÃO
	INICIAL	FINAL a)	EXECUTADO b)	b) - a)	%
RECEITA	22.990.000,00	24.849.000,00	17.461.474,93	-7.387.525,07	70,3%
Corrente	12.012.691,00	12.022.691,00	10.133.387,88	-1.889.303,12	84,3%
Capital	10.977.309,00	12.326.309,00	6.828.087,05	-5.498.221,95	55,4%
Outra Receita		500.000,00	500.000,00	0,00	100,0%
DESPESA	22.990.000,00	24.849.000,00	16.878.784,05	-7.970.215,95	67,9%
Corrente	11.360.500,00	11.255.700,00	9.123.135,02	-2.132.564,98	81,1%
Capital	11.629.500,00	13.593.300,00	7.755.649,03	-5.837.650,97	57,1%

Equilíbrio Orçamental

O Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, dispõe a alínea e) do ponto 3.1.1, que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.”

Este equilíbrio Orçamental traduz a capacidade da autarquia conseguir com a receita corrente financiar a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços municipais, dos projectos sociais, educacionais, culturais e desportivos e ainda libertar meios para financiar despesa de capital.

3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A Receita Liquidada totalizou 17 466.042,93 € (dezasete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quarenta e dois euros e noventa e três cêntimos) e originou uma Receita Executada no montante de 17 461.474,93 € (milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e noventa e três cêntimos). Desta situação, resultou uma taxa de execução da receita de 70,3%, ficando por realizar 29,7%.

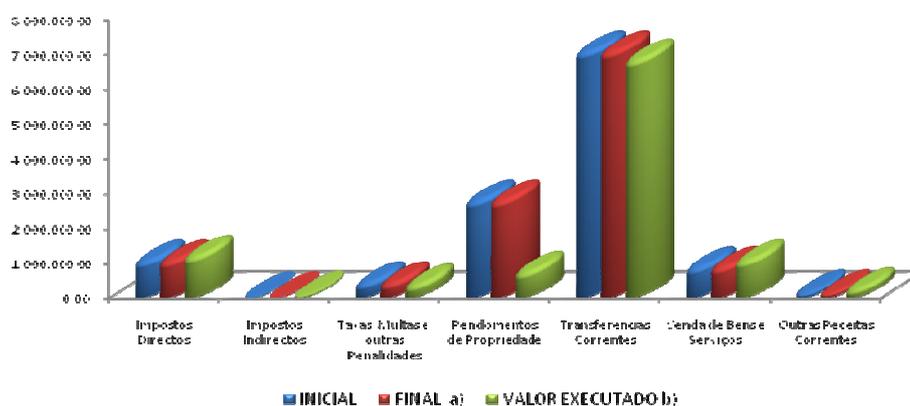
	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO b)	DESVIO b) - a)	EXECUÇÃO %
	INICIAL	FINAL a)			
RECEITA CORRENTE	12.012.691,00	12.022.691,00	10.133.387,88	-1.889.303,12	84,3
Impostos Directos	998.500,00	998.500,00	1.128.917,29	130.417,29	113,1
Impostos Indirectos	9.300,00	9.300,00	44.882,11	35.582,11	482,6
Taxas, Multas e outras Penalidades	369.700,00	369.700,00	311.854,60	-57.845,40	84,4
Rendimentos de Propriedade	2.726.000,00	2.726.000,00	673.294,26	-2.052.705,74	24,7
Transferências Correntes	7.006.132,00	7.006.132,00	6.774.002,49	-232.129,51	96,7
Venda de Bens e Serviços	802.559,00	812.559,00	1.003.291,73	190.732,73	123,5
Outras Receitas Correntes	100.500,00	100.500,00	197.145,40	96.645,40	196,2
RECEITA DE CAPITAL	10.977.309,00	12.326.309,00	6.828.087,05	-5.498.221,95	55,4
Venda Bens Investimento	2.720.000,00	2.144.000,00	127.142,46	-2.016.857,54	5,9
Transferência Capital	8.070.859,00	9.419.859,00	5.197.669,13	-4.222.189,87	55,2
Passivos Financeiros	166.450,00	742.450,00	1.441.470,60	699.020,60	194,2
Outras Receitas Capital	20.000,00	20.000,00	61.804,86	41.804,86	309,0
OUTRAS RECEITAS		500.000,00	500.000,00	0,00	100,0
Saldo Gerência Anterior		500.000,00	500.000,00	0,00	100,0
TOTAL RECEITA	22.990.000,00	24.849.000,00	17.461.474,93	-7.387.525,07	70,3

RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes, pela sua natureza têm uma função importante na gestão financeira da Autarquia, já que se trata de um fluxo monetário estável. Com uma execução de 84,3%, a Autarquia consegue arrecadar Receitas Correntes que lhe permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo todas as Despesas Correntes e uma parcela das Despesas de Capital.

Pela análise ao quadro acima referenciado e no que concerne à execução da Receita Corrente, pode verificar-se que os valores arrecadados são provenientes na sua maioria das Transferências Correntes 66,8%, os restantes 33,2%, tiveram origem em fontes diversas, salientando-se os Impostos Directos e a Venda de Bens e Serviços, como responsáveis por 11,1% e 9,9% respectivamente do total das Receitas Correntes.

A disparidade observada entre os valores orçamentados e executados não resulta da falta de rigor aquando da elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo possível relevar em termos orçamentais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas.



O quadro a seguir representado permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes num período considerado.

	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
RECEITA CORRENTES										
Impostos Directos	693.874,00	8,0	1.331.910,18	13,0	943.107,22	9,9	1.156.990,99	11,4	1.128.917,29	11,1
Impostos Indirectos	14.334,22	0,2	20.504,43	0,2	4.159,13	0,0	108.780,23	1,1	44.882,11	0,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	314.414,83	3,6	337.555,29	3,3	278.488,04	2,9	397.984,58	3,9	311.854,60	3,1
Rendimentos de Propriedades	154.823,11	1,8	655.500,32	6,4	289.453,17	3,1	194.475,26	1,9	673.294,26	6,6
Transferências correntes	5.876.554,96	67,7	6.332.014,37	62,0	6.265.862,29	66,1	6.371.779,52	62,8	6.774.002,49	66,8
Venda de Bens e Prestações Serviços	1.497.373,60	17,2	1.403.218,75	13,7	1.645.682,30	17,4	1.488.430,74	14,7	1.003.291,73	9,9
Outras Receitas Correntes	134.072,95	1,5	129.540,64	1,3	58.312,12	0,6	420.646,85	4,1	197.145,40	1,9
TOTAL RECEITAS CORRENTES	8.685.447,67	100	10.210.243,98	100	9.485.064,27	100	10.139.088,17	100	10.133.387,88	100

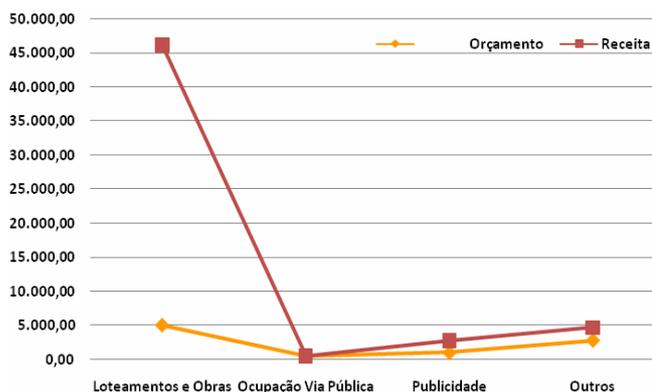
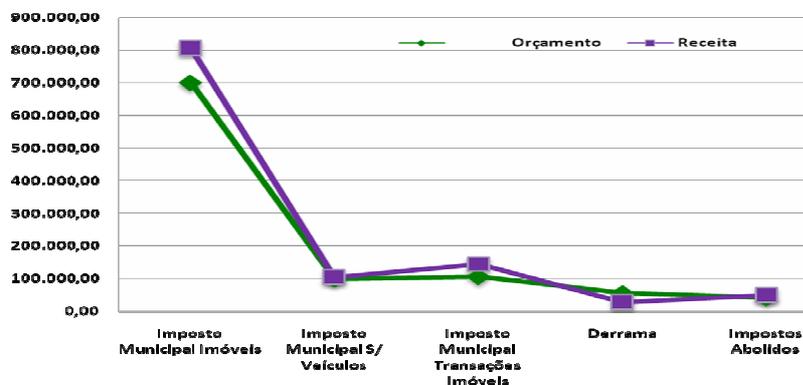
Principais Componentes da Receita Corrente

Este capítulo tem como objectivo comparar por rubricas a execução das Receitas Correntes, dada a sua importância na gestão do município.

	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Impostos Directos	998.500,00	998.500,00	1.128.917,29	130.417,29	113,1%
Imposto Municipal Imóveis	700.000,00	700.000,00	806.036,73	106.036,73	115,1%
Imposto Municipal S/ Veículos	98.500,00	98.500,00	104.197,93	5.697,93	105,8%
Imposto Municipal Transacções Imóveis	105.000,00	105.000,00	142.994,59	37.994,59	136,2%
Derrama	55.000,00	55.000,00	26.758,39	-28.241,61	48,7%
Impostos Abolidos	40.000,00	40.000,00	48.929,65	8.929,65	122,3%
Impostos Indirectos	9.300,00	9.300,00	44.882,11	35.582,11	482,6%
Loteamentos e Obras	5.000,00	5.000,00	41.239,51	36.239,51	824,8%
Ocupação Via Pública	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,0%
Publicidade	1.000,00	1.000,00	1.745,33	745,33	174,5%
Outros	2.800,00	2.800,00	1.897,27	-902,73	67,8%
Taxas Multas e Outras Penalidades	369.700,00	369.700,00	311.854,60	-57.845,40	84,4%
Mercados e Feiras	55.000,00	55.000,00	41.519,58	-13.480,42	75,5%
Loteamentos e Obras	110.000,00	110.000,00	51.745,19	-58.254,81	47,0%
Ocupação Via Pública	1.500,00	1.500,00	3.447,11	1.947,11	229,8%
Caça Uso e Porte de Armas	60.000,00	60.000,00	58.715,52	-1.284,48	97,9%
Saneamento	80.000,00	80.000,00	60.691,24	-19.308,76	75,9%
Outras	15.700,00	15.700,00	18.820,05	3.120,05	119,9%
Multas o Outras Penalidades	47.500,00	47.500,00	76.915,91	29.415,91	161,9%

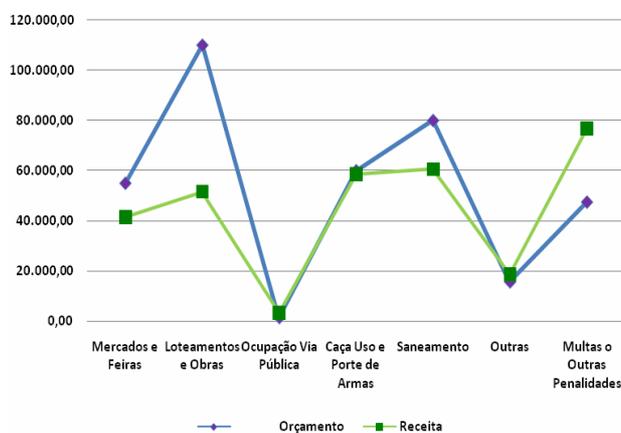
Os Impostos Directos arrecadados pelo município no ano financeiro de 2008, como se pode observar no quadro, com excepção da Derrama, superaram os valores previstos no orçamento, alínea b do ponto 2.3.4.2, regras e princípios do POCAL – “ A cobrança da receita pode no entanto ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento”. O

IMI (Imposto Municipal Imóveis) foi o imposto que mais receita gerou 71,4% no total dos Impostos Directos.



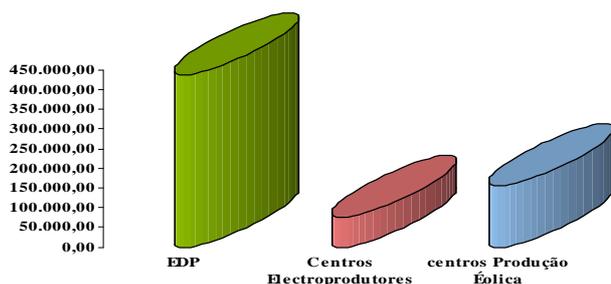
Nos Impostos Indirectos a execução só foi superada na rubrica Loteamento e Obras, enquanto que na rubrica Ocupação Via pública a receita arrecadada foi nula.

Nas Taxas, Multas e Outras Penalidades a maior arrecadação de receita deu-se na rubrica Multas e Outras Penalidades.



Rendimento de Propriedade - A rubrica mais significativa neste agregado de receita são as rendas de concessão da EDP.

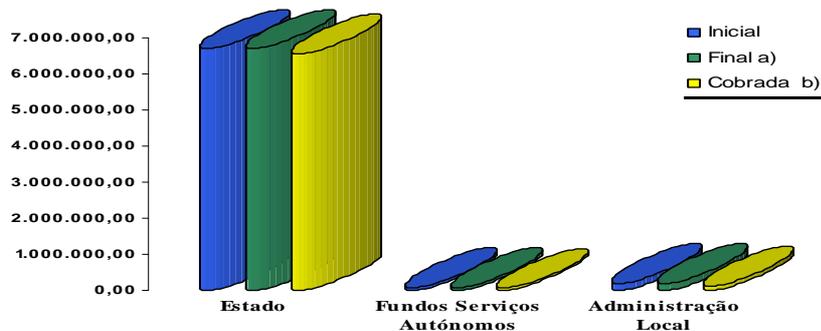
A EDP como concessionária para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Concelho de Montalegre, paga trimestralmente uma renda a este município, que é definida por uma percentagem legalmente instituída associada ao consumo de electricidade em baixa tensão no concelho.



Conforme indicado pela CCRDN a partir de 2008 as Rendas passaram a ser contabilizadas como rendimentos de propriedade e não como vendas de bens e serviços, conforme efectuados até então

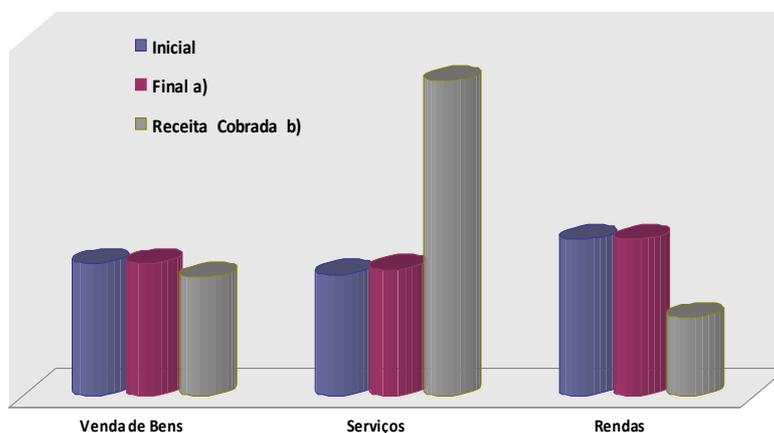
A taxa de execução das Transferência Correntes foi de 96,7% em relação ao previsto em orçamento.

	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Transferências Correntes	7.006.132,00	7.006.132,00	6.775.402,49	-230.729,51	96,7%
Estado	6.706.132,00	6.706.132,00	6.578.584,19	-127.547,81	98,1%
Fundos Serviços Autónomos	100.000,00	100.000,00	71.718,30	-28.281,70	71,7%
Administração Local	200.000,00	200.000,00	125.100,00	-74.900,00	62,6%



As transferências do orçamento de Estado são as rubricas correntes que mais contribuem para arrecadação de Receitas Corrente, pertencendo a maior tranche ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, com 5.898.791,00 € (cinco milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e um euros).

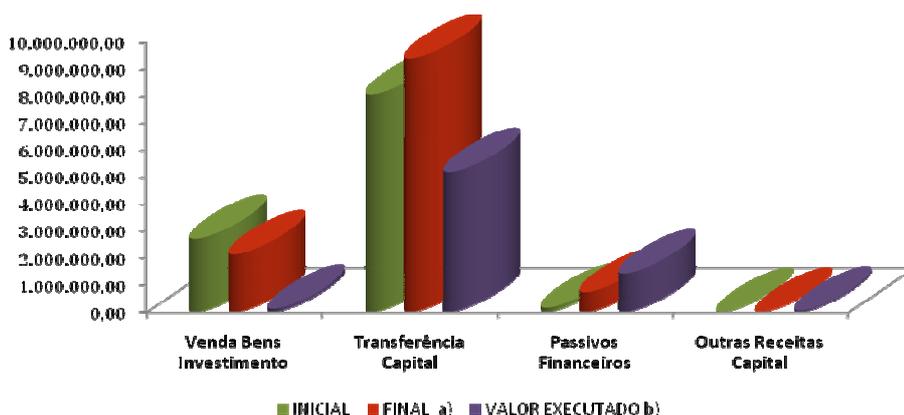
Com a venda de Bens e Serviços o Município arrecadou 1.003.291,73 € (um milhão, três mil, duzentos e noventa e um euro e setenta e três cêntimos), a taxa de execução situou-se nos 123,5 % em relação ao que estava previsto em orçamento.



Venda Bens e Prestação Serviços	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Venda de Bens	259.000,00	259.000,00	232.527,70	-26.472,30	89,8%
Água	255.000,00	255.000,00	227.101,95	-27.898,05	89,1%
Material Divulgação	4.000,00	4.000,00	5.425,75	1.425,75	135,6%
Serviços	237.559,00	247.559,00	617.991,54	373.258,54	249,6%
Serviços Desportivos		5.000,00	7.174,00	2.174,00	143,5%
Saneamento	35.000,00	35.000,00	63.232,79	28.232,79	180,7%
Resíduos Sólidos	135.000,00	135.000,00	150.470,16	15.470,16	111,5%
Transportes Colectivos	459,00	459,00	393,60	-65,40	85,8%
Cemitérios	10.000,00	10.000,00	3.519,32	-6.480,68	35,2%
Mercados e Feiras	24.000,00	24.000,00	17.127,94	-6.872,06	71,4%
Outros	10.000,00	10.000,00	301.169,87	291.169,87	3011,7%
Outros	23.100,00	23.100,00	74.903,86	51.803,86	324,3%
Rendas	306.000,00	306.000,00	152.772,49	-153.227,51	49,9%
Habitacões	1.000,00	1.000,00	1.198,35	198,35	119,8%
Contadores	305.000,00	305.000,00	151.574,14	-153.425,86	49,7%

RECEITAS DE CAPITAL

As **Receitas de Capital** são constituídas por Vendas de Bens de Investimento, Transferências e Empréstimos Bancários, representando na sua globalidade 40,3% do total das receitas executadas.



Durante o ano o município alienou diversos equipamentos:

Bens Investimento

Terrenos	71.972,56
Edifícios	45.000,00
Material de Transporte e Equipamento	9.100,00

A rubrica Transferência de Capital que perfaz 76,2% das Receitas de Capital tem-se apresentado como a mais significativa deste capítulo. Tal dimensão resulta fundamentalmente das Transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia, através de projectos participados.

A execução da Receita de Capital em relação ao previsto no Orçamento Final foi de 55,4%.

A execução da Receita de Capital está fortemente condicionada à arrecadação de fundos do exterior – Transferência de Capital. A diferença na execução tem a ver com atrasos nos financiamentos comunitários.

O recurso a Empréstimos Bancários é uma fonte de financiamento complementar.

A partir do ano de 2007 a contratação de empréstimos deixou de estar limitada ao plafond do rateio realizado pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, para passar a estar condicionado aos Limites Legais de Endividamento, conforme definido na

Lei das Finanças Locais - Lei nº2/2007 . No decorrer do ano o Governo aprovou em Conselho de Ministros a

Resolução nº 34/2008 – “Programa Pagar a Tempo e Horas”, contratualização de empréstimos financeiros de médio e longo prazo, financiados maioritariamente por Instituições de Crédito (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%).

Empréstimo	1.441.470,60
CA	864.882,60
Estado	576.588,00

O quadro que a seguir se apresenta mostra a evolução e capacidade de execução das Receitas Capital num período considerado.

DESIGNAÇÃO	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
RECEITAS DE CAPITAL										
Venda de Bens Investimentos	45.162,09	0,6	55.099,33	0,6	158.239,01	1,8	310.963,03	4,5	127.142,46	1,9
Transferências de Capital	7.157.509,93	99,4	7.789.268,94	83,0	6.154.592,22	71,6	5.497.053,93	78,7	5.197.669,13	76,1
Activos Financeiros										
Passivos Financeiros			1.545.499,49	16,5	2.285.141,29	26,6	1.173.439,85	16,8	1.441.470,60	21,1
Outras Receitas de Capital									61.804,86	0,9
TOTAL RECEITAS CAPITAL	7.202.672,02	100	9.389.867,76	100	8.597.972,52	100	6.981.456,81	100	6.828.087,05	100

OUTRAS RECEITAS

As Outras Receitas resultam da utilização do Saldo da Gerência anterior, em sede de Revisão Orçamental, aprovada pelos Órgãos competentes.

	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO b)	DESVIO b) - a)	EXECUÇÃO %
	INICIAL	FINAL a)			
OUTRAS RECEITAS	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	100,0

Na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL- Na revisão do orçamento podem ser utilizada a seguinte contrapartida:

O saldo da gerência anterior, em sede de tesouraria, e referente à conta orçamental, após aprovação de contas respectiva.

3.3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Orçamento da Despesa foi elaborado por classificação orgânica de acordo com o organigrama da Autarquia e por classificação económica estabelecida pelo Decreto-lei nº 26/2002 de 14 de Fevereiro.

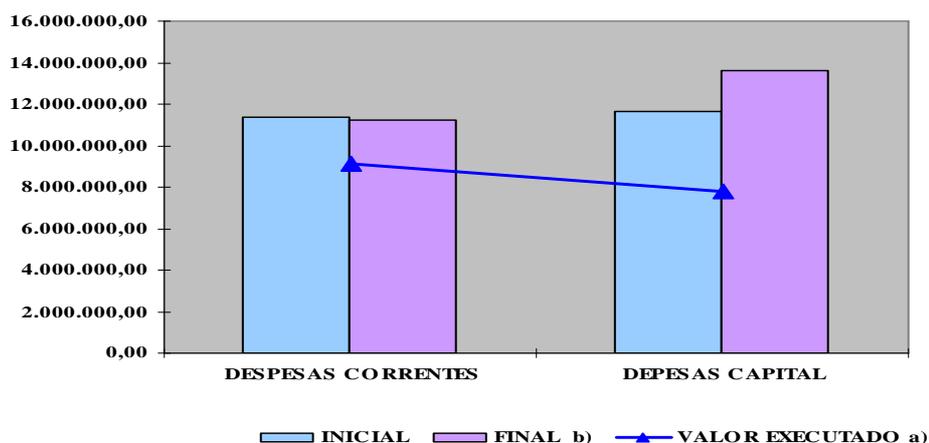
A classificação Orgânica 01 – Administração Municipal é constituída pela 0101 – Assembleia Municipal, 0102 – Câmara Municipal e 0103 – Operações Financeiras.

As despesas da Assembleia Municipal e Câmara Municipal são despesas correntes. Em operações Financeiras para além das despesas correntes, os juros, existem também despesas de capital, as amortizações, decorrentes dos empréstimos a médio e longo prazo.

Nas restantes orgânicas, 02 – Departamento de Administração e Finanças, 03 – Departamento Técnico, 04 – Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos e 05 – Divisão sócio Cultural, as despesas existentes são correntes e de capital.

	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO a)	DESVIOS a) - b)	EXECUÇÃO %
	INICIAL	FINAL b)			
DESPESAS CORRENTES	11.360.500,00	11.255.700,00	9.123.135,02	-2.132.564,98	81,1
Despesas c/pessoal	3.630.300,00	3.559.299,00	3.358.353,43	-200.945,57	94,4
Aquisição Bens / Serviços	5.909.950,00	5.639.051,00	4.065.173,78	-1.573.877,22	72,1
Juros e Outros Encargos	790.000,00	915.000,00	660.675,23	-254.324,77	72,2
Transferências Correntes	925.250,00	879.950,00	798.518,09	-81.431,91	90,7
Subsídios	50.000,00	70.000,00	67.338,95	-2.661,05	96,2
Out. Despesas Correntes	55.000,00	192.400,00	173.075,54	-19.324,46	90,0
DEPESAS CAPITAL	11.629.500,00	13.593.300,00	7.755.649,03	-5.837.650,97	57,1
Aquisição Bens Capital	10.525.500,00	11.641.000,00	5.858.553,02	-5.782.446,98	50,3
Transferências Capital	624.000,00	1.472.300,00	1.422.709,80	-49.590,20	96,6
Passivos Financeiros	480.000,00	480.000,00	474.386,21	-5.613,79	98,8
TOTAL DESPESAS	22.990.000,00	24.849.000,00	16.878.784,05	-7.970.215,95	67,9

A previsão inicial do Orçamento da Despesa, para o ano financeiro de 2008, foi de 22.990.000,00 € (vinte e dois milhões novecentos e noventa mil euros). No decorrer da sua execução, a previsão inicial sofreu alterações/revisões, passando a ter uma previsão corrigida de 24.849.000,00 € (vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil euros).

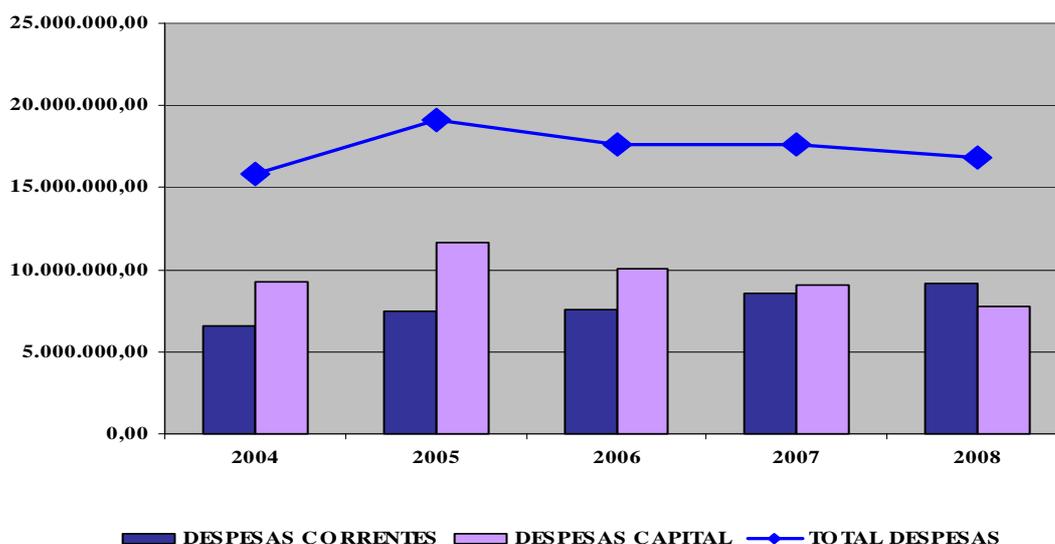


A despesa paga foi de 16.878.784,05 € (dezasseis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos), apresentando um desvio em relação ao previsto de 7.970.215,95 € (sete milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e quinze euros e noventa e cinco cêntimos), traduzindo uma taxa de execução da despesa de 67,9% face a previsão corrigida.

COMPARAÇÃO COM A EXECUÇÃO DE ANOS ANTERIORES

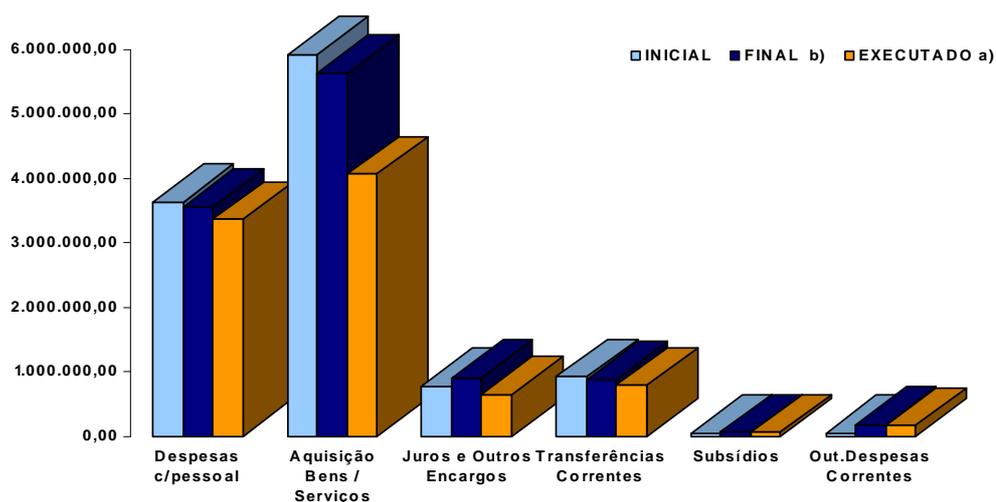
A execução das despesas correntes tem evoluído no período considerado. Quanto às despesas de capital, e à semelhança das receitas de capital que já foi abordada anteriormente, oscilam mediante a arrecadação, essencialmente dos fundos comunitários.

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
DESPESAS CORRENTES					
Despesas com Pessoal	3.114.488,29	3.395.802,60	3.496.977,77	3.313.732,54	3.358.353,43
Aquisição Bens e Serviços Correntes	2.532.850,71	3.236.661,51	2.992.462,89	3.918.550,92	4.065.173,78
Encargos Correntes da Dívida	186.632,99	160.647,78	252.400,48	426.510,79	660.675,23
Transferências Correntes	710.527,02	630.619,61	568.295,53	821.525,66	798.518,09
Subsídios	50.000,00	30.000,00	210.813,20	101.293,99	67.338,95
Outras Despesas Correntes	9.153,43	35.452,26	71.117,06	26.539,00	173.075,54
TOTAL DESPESAS CORRENTES	6.603.652,44	7.489.183,76	7.592.066,93	8.608.152,90	9.123.135,02
DESPESAS CAPITAL					
Aquisição de Bens de Capital	8.562.263,53	10.846.867,11	9.363.349,93	8.399.437,06	5.858.553,02
Transferências de Capital	382.482,29	466.742,35	338.768,35	266.711,17	1.422.709,80
Activos Financeiros					
Passivos Financeiros	298.448,54	356.492,62	382.204,12	391.253,20	474.386,21
Outras Despesas de Capital					
TOTAL DESPESAS CAPITAL	9.243.194,36	11.670.102,08	10.084.322,40	9.057.401,43	7.755.649,03



DESPESA CORRENTE

As Despesas Correntes são compostas principalmente, pelas despesas com pessoal e pela aquisição de bens e serviços, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento.



Verifica-se que a rubrica de Aquisição de Bens e Prestação de Serviços representa 44,6% da despesa corrente paga, tendo sofrido um acréscimo em relação ao ano 2008. A tendência será para um aumento ao nível desta rubrica, pois encontram-se inseridas

nela, as despesas com a recolha e tratamento de lixo – RESAT e tratamento de Efluentes e abastecimento de água – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e as crescentes despesas com a Educação.

RECURSOS HUMANOS

As Despesas com pessoal representam 36,9% das despesas correntes e 19,9% do total das despesas.

DESPESAS COM PESSOAL	3.358.353,43 €
Remunerações Certas e Permanentes	2.106.235,26
Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	121.130,13
Pessoal do Quadro	1.809.468,99
Pessoal Regime Tarefa e Avença	38.006,27
Pessoal C/ Contrato a Termo Certo	114.683,95
Estágios Profissionais	18.247,60
Membros do GAP	4.698,32
Representação	33.849,00
Membros dos Órgãos Autárquicos	24.318,48
Pessoal do Quadro	9.530,52
Subsídio de refeição	219.361,83
Pessoal do Quadro	175.451,79
Pessoal em Qualquer Outra Situação	40.659,03
Membros dos Órgãos Autárquicos	3.251,01
Subsídio de Férias e de Natal	333.886,38
Pessoal do Quadro	313.671,93
Pessoal em Qualquer Outra Situação	20.214,45
Abonos Variáveis ou Eventuais	47.191,26
Horas Extraordinárias	14.534,08
Ajudas de Custo	28.885,78
Abonos para Falhas	3.046,00
Colaboração Técnica e Especializada	725,40
Outros Suplementos e Prémios	19.457,01
Senha de Presença	19.457,01
Segurança Social	598.372,69
Encargos c/ Saúde	44.895,19
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	48.501,30
Assistência na Doença Funcionários Públicos – ADSE	82.182,34
Segurança Social Funcionários Públicos	321.419,45
Segurança Social - Regime Geral	56.691,42
Seguros	44.682,99

Os limites de encargos com pessoal, nas autarquias estão fixados pelo artigo 10º da Lei nº 44/85, de 13 de Setembro.

Nos termos do nº 1 do artigo 10 do aludido diploma legal, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano anterior ao respectivo exercício.

Receitas Correntes de 2007 – 10.139.088,17 €

10.139.088,17 € X 60% = 6.083.452,90 €

Despesas com o Pessoal do Quadro – 2.852.100,57 €

Nos termos do nº 2 do já referido artigo 10º, as despesas com pessoal pago pela rubrica “Pessoal em qualquer outra situação” não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no nº anterior.

25% X 6.083.452,90 € = 1.422.759,64 €

Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação – 288.502,72€

O Balanço Social, é um instrumento privilegiado de gestão de recursos humanos em qualquer organização, é um documento elaborado por força de aplicação do Decreto - lei nº 190/96, de 9 de Outubro.

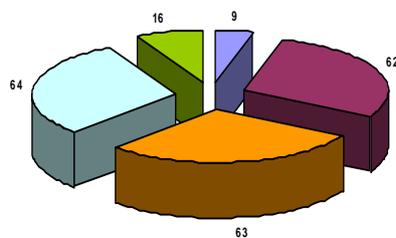
Os recursos humanos apresentam-se cada vez mais como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e do sucesso do cumprimento de forma eficaz e eficiente dos seus objectivos.

Os gráficos seguintes reflectem a estrutura do Município a 31 / 12 / 2008.

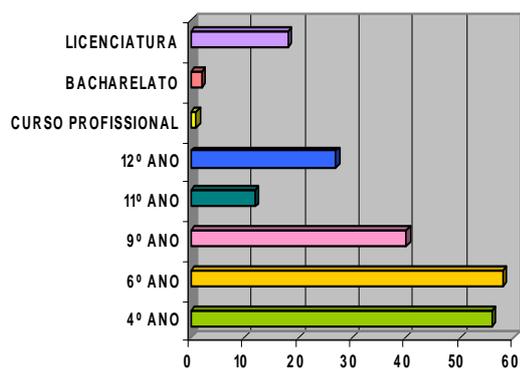
Designação	Nº	%
Funcionários do Quadro	214	100,00%
Auxiliares	81	37,85%
Operários	79	36,92%
Administrativos	19	8,88%
Técnicos Profissionais	11	5,14%
Técnicos	0	0,00%
Informáticos	2	0,93%
Técnicos Superiores	16	7,48%
Dirigentes e Chefias	6	2,80%



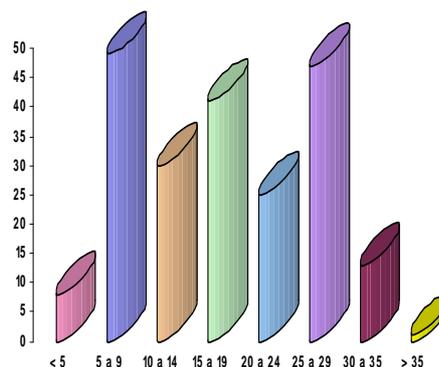
MÉDIA IDADE	Nº
>18 <30	9
>30 <40	62
>40 <50	63
>50 <60	64
>60 <70	16



HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	Nº
4º ANO	56
6º ANO	58
9º ANO	40
11º ANO	12
12º ANO	27
CURSO PROFISSIONAL	1
BACHARELATO	2
LICENCIATURA	18



Antiguidade Função Pública (anos)	Nº
< 5	8
5 a 9	49
10 a 14	30
15 a 19	41
20 a 24	25
25 a 29	47
30 a 35	13
> 35	1



	Nº
Efectivos Admitidos e Regressados	14
Requisição ou Destacamento	5
Regresso Licença sem Vencimento	1
Outras Situações	8
Efectivos Saídos	1
Do Quadro - Aposentação	1
Pessoal CTR Saídos	8
Caducidade	8
Alteração Situação Efectivos	10
Promoção	10
Horário Praticado	214
Rígido	214
Trabalho Extraordinário	1630
Extraordinário Diurno	97
Normal Dias Descanso Complementar	910
Normal Dias Descanso Semanal	489
Dias Feriado	134

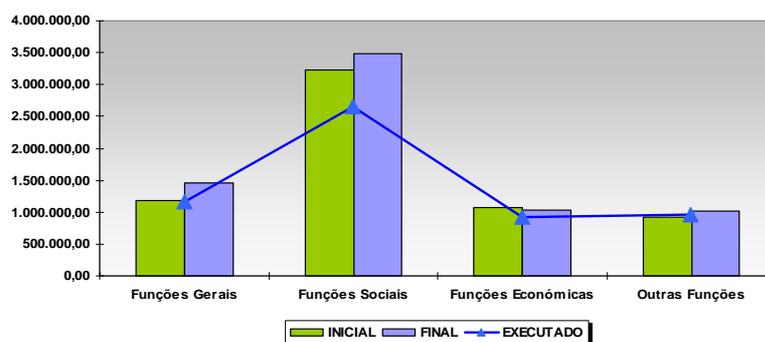
Na rubrica da segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e as despesas com saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida com ADSE. Quanto a essa matéria é de referir que são as Autarquias que suportam de factos todos os encargos com saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE funciona apenas como intermediário cm os estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

No que diz respeito à medicina no trabalho, foi realizada por empresa contratada, “Trabalho Vivo”, que realizou exames periódicos, tendo sido gasto com esta actividade em € 6.013,00.

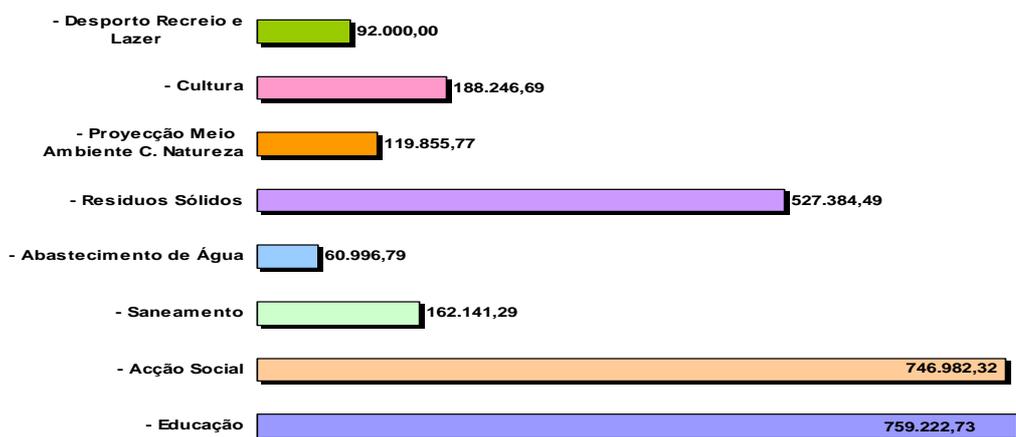
A principal componente do Plano de Actividades Municipal é de despesa corrente, nele encontram-se descritas por classificação funcional as despesas mais relevantes da Autarquia.

	ORÇAMENTO		VALOR	EXECUÇÃO
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO	%
Funções Gerais	1.179.500,00	1.449.500,00	1.166.739,22	80,49
- Serviços Gerais Administração Pública	1.080.000,00	1.083.000,00	813.951,99	75,16
- Segurança e Ordem Pública	99.500,00	366.500,00	352.787,23	96,26
Funções Sociais	3.224.750,00	3.486.750,00	2.656.830,08	76,20
- Educação	1.260.000,00	1.248.000,00	759.222,73	60,84
- Acção Social	285.250,00	755.150,00	746.982,32	98,92
- Saneamento	250.000,00	250.000,00	162.141,29	64,86
- Abastecimento de Água	150.000,00	105.000,00	60.996,79	58,09
- Resíduos Sólidos	770.000,00	670.000,00	527.384,49	78,71
- Protecção Meio Ambiente C. Natureza	160.000,00	140.000,00	119.855,77	85,61
- Cultura	244.500,00	210.600,00	188.246,69	89,39
- Desporto Recreio e Lazer	105.000,00	108.000,00	92.000,00	85,19
Funções Económicas	1.070.000,00	1.028.600,00	928.885,00	90,31
- Industria e Energia	380.000,00	382.000,00	380.588,89	99,63
- Caminhos	50.000,00	55.000,00	47.575,00	86,50
- Comércio e Turismo	282.500,00	235.500,00	185.815,10	78,90
-Outras Funções Económicas	357.500,00	356.100,00	314.906,01	88,43
Outras Funções	919.000,00	1.013.800,00	960.596,95	94,75
TOTAL	6.393.250,00	6.978.650,00	5.713.051,25	81,86

As Transferências de Capital e as Amortizações relacionadas com os empréstimos a médio e longo prazo também se encontram descritas no Plano de Actividades Municipal.



Como se pode verificar, são as Funções Sociais que têm maior peso, 47% das despesas inscritas no Plano de Actividades Municipais, sendo a Educação, Acção Social e os Resíduos Sólidos as que mais influências têm, do total das Funções Sociais.



EDUCAÇÃO

Funções Sociais

Transportes	450.607,40
Iluminação e Aquecimento	42.341,53
Refeições	154.697,77
Livros e Auxílios Económicos	13.042,66
Acção Animação Escolar	13.635,67
Enriquecimento Curricular	84.897,70

Outras Funções

Transferências para os Agrupamentos	87.989,39
-------------------------------------	-----------

Total	847.212,12
--------------	-------------------

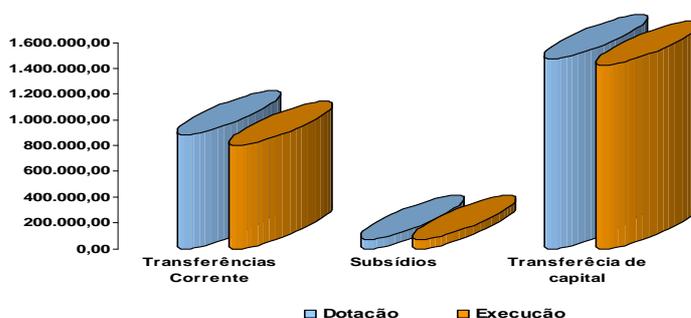
Na Acção social destaca-se a Transferência de Capital no valor de € 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros), para o Lar de Idosos de Cabril.

Resíduos Sólidos

Tratamento	227.396,59
Recolha	299.987,90

As Transferências Correntes, Subsídios e Transferências de Capital encontram-se distribuídas pelas diversas funções do PAM. É um mapa obrigatório da Prestação de Contas e no cumprimento no disposto na Lei nº 26/94, de 19 de Agosto são publicados semestralmente.

	Orçamento	
	Dotação	Execução
Transferências Corrente	879.950,00	798.518,09
Subsídios Correntes	70.000,00	67.338,95
Transferências de Capital	1.472.300,00	1.422.709,80



DESPESA DE CAPITAL

As componentes da Despesa de Capital, circunscrevem-se quase exclusivamente, à aquisição de Bens de Capital, cujo o montante representa 75,6% das despesas de capital e 34,7% da totalidade da despesa.

As Transferências de Capital encontram-se descritas no Plano de Actividades Municipal como já foi referido, tendo no ano em curso representado 18,3% da despesa de Capital

A rubrica Passivos Financeiros reporta-se às amortizações pagas com os empréstimos de médio e longo prazo, representando 6,1% da despesa de capital e 2,9% do total das despesas pagas.

A aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, encontra-se espelhada no Plano Plurianual de investimento.

GRANDES OPEÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia, incluem designadamente, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o PAM – Plano de Actividades Municipais.

O Plano de Actividades Municipais assim como o Plano Plurianual de Investimentos estão organizados por Funções de acordo com o Classificador Funcional do Decreto-lei 54/A, de 22 de Fevereiro – POCAL.

A Classificação Funcional da despesa permite obter informação do esforço financeiro realizado pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos, tem um horizonte móvel de quatro anos, incluindo todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respectiva previsão de despesa e a sua execução.

A previsão para o PPI foi inicialmente € 10.525.50000 (dez milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, e quinhentos euros), com as alterações / revisões ocorridas durante o ano económico de 2008, as rubricas sofreram um ajustamento em € 1.115.500,00 (um milhão, cento e quinze mil e quinhentos euros).

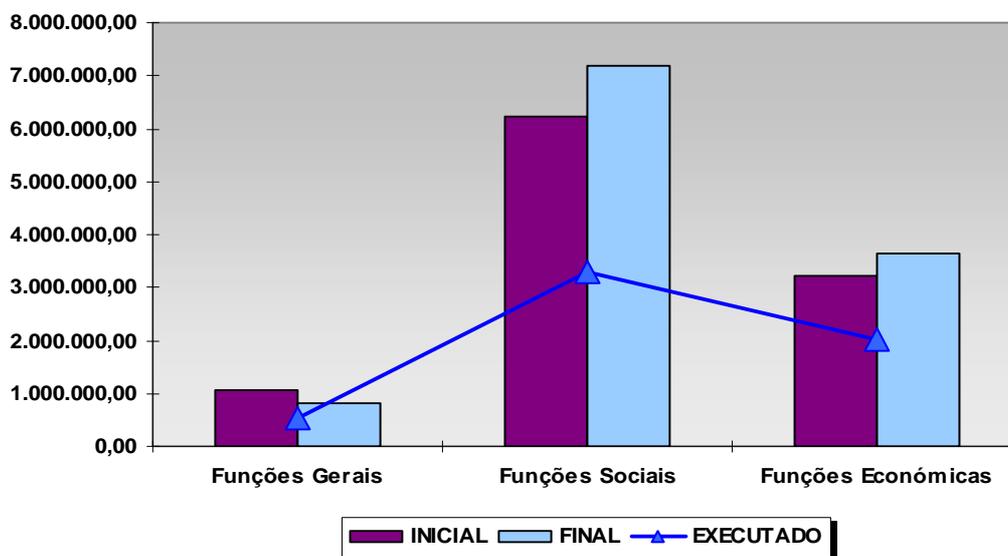
A execução do PPI foi de 50,33% em relação ao previsto no orçamento corrigido. Para cálculo do grau de execução do PPI, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações iniciais /corrigidas inscritas no Plano. Este desvio tem a ver com o retardamento do início do QREN e alguns atrasos nos pagamentos ao QCA anterior.

Assim como no Plano de Actividades Municipais são Funções Sociais as mais representativas 56,4% do total da despesa do Plano Plurianual de Investimentos.

Dentro das Funções Sociais destacam-se a: Urbanização Sede do Concelho; Abastecimento de Água e Saneamento.

Nas Funções Económicas devemos salientar as despesas efectuadas com a Rede Viária, Comércio e Turismo e com os Arruamentos e Outras Obras nas Freguesias.

	ORÇAMENTO		VALOR	EXECUÇÃO
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO	%
Funções Gerais	1.060.000,00	812.500,00	545.614,92	67,15
- Serviços Gerais Administração Pública	990.000,00	810.500,00	545.614,92	67,32
- Segurança e Ordem Pública	70.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Funções Sociais	6.241.000,00	7.174.500,00	3.305.139,86	46,07
- Educação	695.000,00	1.049.000,00	107.203,17	10,22
- Acção Social	150.000,00	0,00	0,00	0,00
- Habitação	335.000,00	76.000,00	181,50	0,24
- Plano M. Ordenamento	300.000,00	465.000,00	155.068,44	33,35
- Urbanização Sede Concelho	1.995.000,00	2.342.000,00	905.353,31	38,66
- Saneamento	668.000,00	879.000,00	780.463,24	88,79
- Abastecimento de Água	878.000,00	1.060.000,00	712.774,08	67,24
- Resíduos Sólidos	5.000,00	113.000,00	111.350,25	98,54
- Protecção M. Ambiente e Cons. Natureza	410.000,00	594.500,00	79.724,69	13,41
- Cultura	285.000,00	325.000,00	260.312,34	80,10
- Desporto Recreio e Lazer	520.000,00	271.000,00	192.708,84	71,11
Funções Económicas	3.224.500,00	3.654.000,00	2.007.798,24	54,95
- Industria e Energia	220.000,00	275.000,00	170.088,11	61,85
- Rede Viária e Sinalização	870.000,00	940.000,00	423.626,28	45,07
- Caminhos	110.000,00	60.000,00	45.635,27	76,06
- Arruamentos	1.469.500,00	1.774.500,00	899.369,75	50,68
- Comércio e Turismo	555.000,00	604.500,00	469.078,83	77,60
TOTAL	10.525.500,00	11.641.000,00	5.858.553,02	50,33



ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

O recurso aos empréstimos bancários tem como objectivo fazer face à crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições mas também a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho, com objectivo de proporcionar melhores condições sócio - económicas, culturais e desportivas.

O endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de receita, para aproveitar o máximo de Fundos Comunitários e para acelerar o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Constitui uma fonte de política económica autorizada por lei dentro dos limites impostos e aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, com o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmula)	Dívida apurada Em 31/12/2007	Pagamentos Efectuados	Novos Encargos	Dívida apurada em 31/12/2008	OBS
1)	2)	3)	4)	5)	6)
1 - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO					
CGD					
0501/000012/587/0019	1.540.093,89	104.118,20		1.435.975,69	
0501/000030/387/0019	2.205.412,91	144.213,42		2.061.199,49	
9015/000099/887/0019	630.327,98	37.753,45		592.574,53	
9015/000134/987/0019	53.068,34	5.896,48		47.171,86	
9015/000182/987/0019	43.493,28	4.832,58		38.660,70	
9015/000183/887/0019	36.866,79	4.096,31		32.770,48	
9015/001635/587/0019	545.727,60	20.754,47		524.973,13	
9015/001636/387/0019	74.217,03	2.822,53		71.394,50	
BCP					
6346211	134.322,51	8.954,84		125.367,67	
6359791	37.478,43	2.498,56		34.979,87	
6343231	78.627,39	5.241,82		73.385,57	
6350091	161.782,00	10.785,46		150.996,54	
BPI					
3249200-830-001/0666	864.006,99	35.331,81		828.675,18	
3249200-830-002	887.321,97	30.962,37		856.359,60	
BBVA					
97866 0000537	1.346.974,00	56.123,91		1.290.850,09	
97866 0000628	1.426.745,66	0,00		1.426.745,66	
"Programa Pagar Tempo e Horas					
Caixa C. Agrícola M.	0,00	0,00	864.882,60	864.882,60	
Estado DGTF	0,00	0,00	576.588,00	576.588,00	
SOMA DE I -	10.066.466,77	474.386,21	1.441.470,60	11.033.551,16	
OUTRAS DÍVIDAS					

Empreiteiros, Fornecedores	3.392.753,66	15.367.591,37	16.529.775,59	4.554.937,88	
Contratos de Leasing	483.582,06	239.852,96	230.285,13	474.014,23	
SOMA DE II -	3.876.335,72	15.607.444,33	16.760.060,72	5.028.952,11	
TOTAIS GERAIS	13.942.802,49	16.081.830,54	18.201.531,32	16.062.503,27	

O Município de Montalegre no ano financeiro de 2008 recorreu ao empréstimo, já referido na execução do Orçamento da Receita, Pag. 17 e 18, “Programa Pagar a Tempo e Horas”

Os contratos de Locação Financeira permitem que as entidades tenham ao seu alcance a modernização tecnológica sem recorrer a consideráveis montantes de capital, nem às tradicionais fontes de financiamento, permitindo amortizar os bens com os rendimentos que se vão retirando da sua exploração.

Limites de Endividamento Municipal - 2008

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas	Reembolsos e	Receita cobrada
	brutas	restituições pagos	líquida
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	1.106.018,00	5.481,00	1.100.537,00
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	675.952,00	5.253,00	670.699,00
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	105.291,00	125,00	105.166,00
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	157.847,00		157.847,00
Contribuição Autárquica	8.266,00	103,00	8.163,00
Imposto Municipal de Sisa	158.662,00		158.662,00
DERRAMA*	50.983,00		50.983,00
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	1.157.001,00	5.481,00	1.151.520,00
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008)	-	-	10.142.959,00
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	11.294.479,00
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.129.447,90
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	11.294.479,00
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	14.118.098,75

Designação	Montante
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	11.033.551,16
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	13.818.515,10
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.307.545,20
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	9.726.005,96
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	12.510.969,90
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.129.447,90
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	11.294.479,00
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	14.118.098,75
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso
	Margem
	1.129.447,90
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso
	Margem
	1.568.473,04
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso
	Margem
	1.607.128,85

RÁCIOS

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA

	%	
Impostos Directos / Receitas Total	6,47	Os Impostos Directos representam 6,47 % da receita Total
Fundos Municipais / Receita Total	58,09	Os Fundos Municipais representam 58,09 % da receita total
Transferências Correntes / Receita Total	38,8	As Transferências Correntes representam 38,8 % do total da receita
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	0,73	A venda de bens e serviços correntes representam 0,73% do total da receita
Transferências UE / Receita Total	7,25	Os recebimentos de Fundos Comunitários representam 7,25 % do total da receita
Passivos Financeiros / Receita Total	8,26	As receitas provenientes dos empréstimos representam 8,26 % do total da receita
Receita Correntes / Receita Total	58,4	As receitas correntes representam 58,4 % da receita Total
Receita Capital / Receita Total	39,1	As receitas capitais representam 39,1% da receita Total

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA

	%	
Pessoal / Despesas Totais	19,9	As despesas com Pessoal representam 19,9 % do total das despesas pagas
Aquisição Bens e Serv. / Despesas Totais	24,09	As despesas com aquisição de bens e serviços correntes representam 24,09% do total das despesas pagas
Aquisição Bens Capital / Despesas Totais	34,71	As Aquisições de Bens de Capital representam 34,71% do total da despesa paga.
Passivos Financeiros / Despesas Totais	2,81	O peso das amortizações de empréstimos representa 2,81% no conjunto das despesas totais
Serviço Dívida / Despesas Totais	6,0	Os custos financeiros – Amortizações + Juros – representam 6% das despesas totais
Despesas Capital / Despesas Totais	46	A despesa de Capital representa 46 % do total da despesa paga

Relação dos Fundos Municipais Correntes com as Principais componentes da Despesa Corrente

	%	
Pessoal / Fundos M. Correntes	54,08	O Custo com pessoal absorve 54,08 % dos fundos correntes provenientes do orçamento do Estado
Aquisição Bens e Serv. / Fundos M. Correntes	65,46	A aquisição de bens e serviços correntes representam 65,46 % das transferências correntes do orçamento do Estado

Grau de Financiamento do Investimento

	%	
Fundos M. Capital / Aq. Bens Capital	67,13	As transferências de capital provenientes do Orçamento Estado financiam 67,13 % das despesas para aquisição de bens Capital
Venda Bens Investimento / Investimento	1,64	A venda de bens de Investimento representa 1,64 % do total do investimento pago
Transferências EU / Investimento	16,32	As receitas provenientes das transferências comunitárias financiam 16,32% do total das despesas de investimento

Grau de Cobertura da Despesa

	%	
Receitas Correntes / Despesas Funcionamento	136,5	As despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços correntes absorvem 63,5% das receitas correntes
Receitas Capital / Investimento	88,04	As receitas de Capital financiam 88,04 % das despesas de Investimento



4 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 - BALANÇO

Enquanto a execução orçamental, reflecte a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é demonstram os seus direitos e obrigações.

ACTIVO		PASSIVO	
IMOBILIZADO	112.468.422,63	FUNDOS PRÓPRIOS	85.683.977,69
Bens Domínio Público	73.801.464,85	Património	100.841.079,37
Imobilizações Incorpóreas	29.040,00	Doações	16.230,00
Imobilizações Corpóreas	38.361.158,78	Resultados Transitados	-10.589.869,43
Investimentos Financeiros	276.759,00	Resultados Líquidos Exercício	-4.583.462,25
CIRCULANTE	3.718.857,24	PASSIVO	30.503.302,18
Existências	380.782,36	Dívidas a Terceiros a M/L Prazo	11.033.551,16
Dívidas de Terceiros C/P	127.248,85	Dívidas a Terceiros a C/ Prazo	5.824.107,24
Depósito Instituições F. e Caixa	1.332.322,73	Proveitos Diferidos	13.645.643,78
Acréscimos de Proveitos	1.878.503,30		
TOTAL DO ACTIVO	116.187.279,87	TOTAL FUNDOS P. + PASSIVO	116.187.279,87

Para a construção do Balanço, concorrem, entre outros, o Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Financeiro, que constituem parte integrante do Activo do Município. O registo nas contas de Imobilizado pressupõe a inventariação dos bens móveis e imóveis,

propriedade do Município de Montalegre e respectivas amortizações de acordo com as regras definidas pelo POCAL.

ACTIVO BRUTO	2008			
	Rubrica	AB	A/P	AL
Bens Domínio Público	112.830.894,83	39.029.429,98		73.801.464,85
Outras Construções e Infra-estruturas	112.557.080,95	39.029.429,98		73.527.650,97
Bens Património Histórico, Artístico e Cultural	170.843,00			170.843,00
Imobilizações Curso	102.970,88			102.970,88
Imobilizações Incorpóreas	29.040,00			29.040,00
Propriedade Industrial Outros Direitos	29.040,00			29.040,00
Imobilizações Corpóreas	45.947.848,62	7.586.689,84		38.361.158,78
Terrenos	6.752.986,83			6.752.986,83
Edifícios Outras Construções	25.978.352,87	4.132.568,38		21.845.784,49
Equipamento Básico	914.585,11	461.739,30		452.845,81
Equipamento Transporte	3.031.747,31	2.158.359,58		873.387,73
Ferramentas e Utensílios	209.344,64	100.648,71		108.695,93
Equipamento Administrativo	982.324,13	716.637,92		265.686,21
Outras Imobilizações Corpóreas	16.753,91	16.735,95		17,96
Imobilizações Curso	8.061.753,82			8.061.753,82
Investimentos Financeiros	276.759,00	0,00		276.759,00
Participações de Capital	276.759,00			276.759,00
	159.084.542,45	46.616.119,82		112.468.422,63

Participações de Capital

ENTIDADES	2008
EHATB, S.A.	149.700,00
RESAT, S.A.	30.000,00
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	72.059,00
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega	25.000,00
	276.759,00

Dívidas a Terceiros – Médio Longo Prazo

ENTIDADES	2008
CGD	4.804.720,38
BPI	1.685.034,78
BCP	384.729,65
BBVA	2.717.595,75
CCA	864.882,60
Estado - DGTF	576.588,00
	11.033.551,16

Proveitos Diferidos

Incluem-se nesta conta os subsídios / transferências para investimento a que a Autarquia tem direito, nos termos da Lei ou de Contratos Programas, os quais ao serem associados aos activos deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 – Proveitos e Ganhos Extraordinários – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários – Transferências de Capital, à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado a que respeitam.

Dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, os subsídios para investimentos, são considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento.

4.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Montalegre encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2007, com um Resultado Líquido de Exercício de – 4.583.462,25 € (menos quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos), motivado fundamentalmente pelo elevado custo com as amortizações 8.057.295,07 € (oito milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e cinco euros e sete cêntimos).

	2008
Resultados Operacionais	-3.064.909,60 €
Resultados Financeiros	-429.577,49 €
Resultados Correntes	-3.497.616,91 €
Resultados Extraordinários	-1.088.975,16 €
Resultado Líquido do Exercício	-4.583.462,25 €

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais, apresentam um valor negativo no exercício de 2008.

Os Proveitos Operacionais, são constituídos pelos Impostos e Taxas, Vendas e Prestações de Serviços e pelas Transferências.

Os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos, os custos com amortizações e as Transferências e os subsídios correntes atribuídos, detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos Operacionais.

Resultados Financeiros

Os Proveitos Financeiros, são provenientes dos Juros, obtidos de depósitos à ordem e dos Rendimentos das Participações de Capital.

Os custos Financeiros advêm fundamentalmente dos encargos financeiros dos investimentos que foram realizados com recurso ao crédito

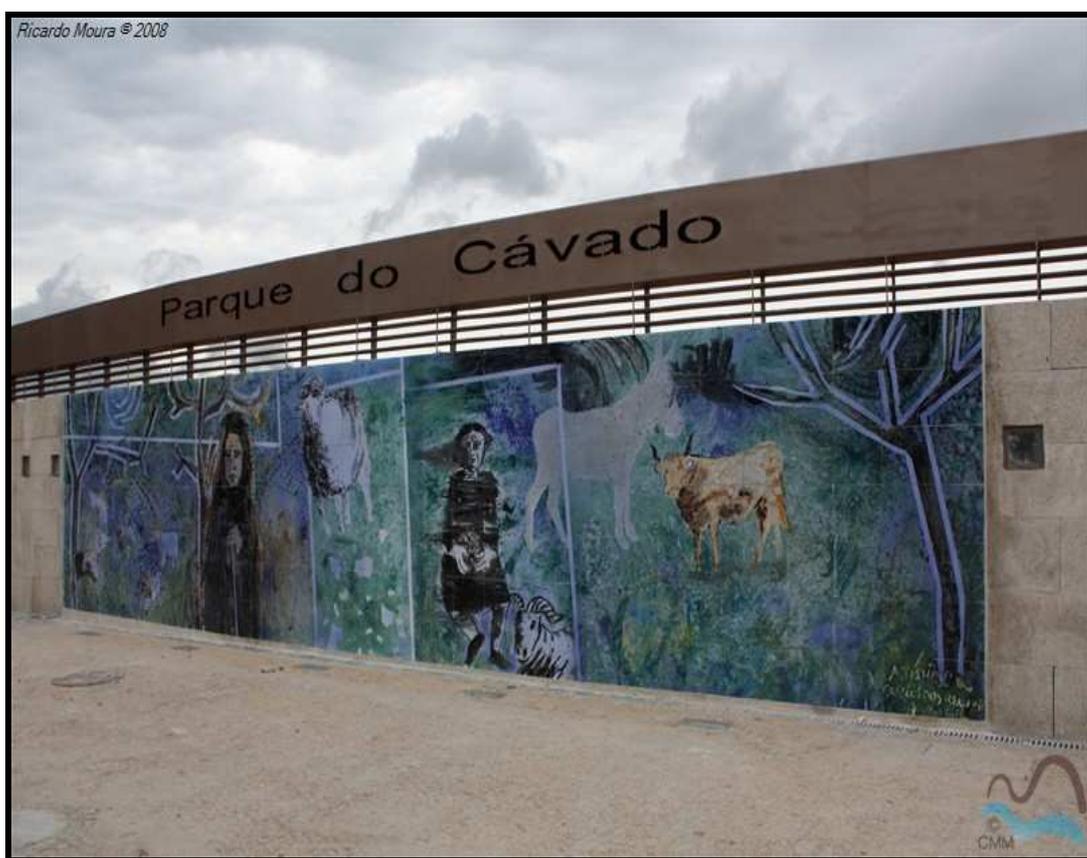
No ano de 2008, os Resultados Financeiros do Município de Montalegre foram negativos.

Resultados Extraordinários

Ao nível dos custos, que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital:

ADRAT	106.257,78
ASSOCIACAO BORDA D'AGUA	97.500,00
ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMB.VOL. DE SALTO	300.000,00
CENTRO DESPORTIVO CULTURAL MONTALEGRE	16.500,00
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CABRIL	550.000,00
CONSELHO DIRECTIVO BALDIOS FAFIAO	9.075,00
FABRICA IGREJA FREGUESIA OUTEIRO	3.250,00
FREGUESIA DE FERRAL	500,00
FREGUESIA DE MEIXEDO	10.000,00
FREGUESIA DE MOURILHE	15.000,00
FREGUESIA DE OUTEIRO	300,00
FREGUESIA DE PADROSO	2.500,00
FREGUESIA DE PITOES JUNIAS	6.000,00
FREGUESIA DE SALTO	149.500,00
FREGUESIA DE VENDA NOVA	23.000,00
FREGUESIA DE VIADE BAIXO	16.000,00
FREGUESIA DE VILAR PERDIZES	78.221,00
IRMANDADE SANTA CASA MISERICORDIA MONTALEGRE	16.606,02
JUNTA FREGUESIA PADORNELOS	22.500,00
	1.422.709,80

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se os Benefícios e Penalidades Contratuais e outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, que resultam essencialmente, da Transferência de Capital (Proveito do Exercício de receitas de exercícios anteriores).



ÍNDICE

Introdução	2
Estrutura Orgânica do Município de Montalegre	3
Participações do Município	7
<u>Execução Orçamental</u>	
Comparação Entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado	10
Execução Orçamental da Receita	
Receita Corrente	12
Receita Capital	16
Execução Orçamental da Despesa	
Despesa Corrente	22
Despesa de Capital.....	29
Análise da Dívida do Município	32
<u>Análise Económica e Financeira</u>	
Balanço	36
Demonstração de Resultados	38